



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO: EMBARGOS INFRINGENTES EM RECURSO DE AGRAVO Nº 0270455-0_04

EMBARGANTE: JOSEILDO ANTÔNIO DA SILVA

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO

EMENTA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. EMBARGOS INFRINGENTES. REFORMA DA SENTENÇA NO 2º GRAU EM ANÁLISE DE REEXAME NECESSÁRIO. INCABIMENTO DOS EMBARGOS. RECURSO NÃO CONHECIDO 1. Tem-se em análise os embargos infringentes interpostos contra acórdão não-unânime reformador de sentença de mérito, por ocasião de Reexame Necessário, oriundo da 1ª Câmara de Direito Público, em razão de divergência havida nos votos dos eminentes Desembargadores que a compõem. 2. Dispositivos legais do Código de Processo Civil que só permitem a interposição do recurso em tela contra sentença reformada em apelação no Tribunal, no tocante ao caso. 3. Jurisprudência pacífica neste sentido. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em que é embargante o Estado de Pernambuco, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 22/10/2013, à unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos infringentes, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas em anexo, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



1200
F 328

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO: EMBARGOS INFRINGENTES EM RECURSO DE AGRAVO Nº 0270455-0_04

EMBARGANTE: JOSEILDO ANTÔNIO DA SILVA

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO

RELATÓRIO

Tenho em análise os embargos infringentes interpostos contra acórdão não-unânime reformador de sentença de mérito, por ocasião de julgamento do Recurso de Agravo nº 0270455-0/03, oriundo da 1ª Câmara de Direito Público, em razão de divergência havida nos votos dos eminentes Desembargadores que a compõem, cuja ementa veio grafada da seguinte maneira:

“EMENTA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REVISÃO DE PROVENTOS – MILITAR REFORMADO POR INCAPACIDADE DEFINITIVA. ADOÇÃO DE FUNDAMENTO DIVERSO PARA MODIFICAR A DECISÃO TERMINATIVA DO REEXAME NECESSÁRIO. APLICAÇÃO DO ART. 61, § 2º, DA LC Nº 59/2004 – RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. GRADUAÇÃO IMEDIATA DE SOLDADO É O DE CABO, CONFORME ESCALONAMENTO PREVISTO NO ANEXO I-A DA REFERIDA LC. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. O cerne da questão em apreço cinge-se quanto à legitimidade da revisão dos proventos do militar reformado por incapacidade definitiva, considerando o soldo do posto superior ao de soldado. 2. A relação jurídica em foco é de trato sucessivo, recebe a incidência dos dispositivos legais supervenientes, razão pela qual se aplica o art. 21, § 2º, da LC nº 59/2004, que assegura aos militares transferidos para a inatividade no mesmo posto ou graduação da ativa a percepção dos proventos do posto ou grau hierárquico imediatamente superior. 3. Conforme escalonamento previsto no anexo I-A da referida lei complementar estadual, a graduação imediatamente superior ao posto de Soldado PM é o de Cabo PM, sendo assim inviável admitir promoção de Soldado para Terceiro Sargento, razão pela qual merece reforma a sentença, bem como a decisão terminativa dos autos principais, em apenso, para manter a promoção na graduação de Cabo. 4. Adoção de fundamento diverso para modificar a decisão terminativa. Reexame necessário provido com fixação de honorários advocatícios em 10% (dez por cento), com inversão do ônus sucumbencial, aplicando-se, porém, o art. 12 da Lei nº 10660/50. 5. Recurso improvido. Decisão por maioria”.

O embargante/apelado assevera que obteve sentença parcialmente procedente para retificar seu ato de aposentadoria, para se determinar que o valor dos proventos seja correspondente ao soldo de 3º Sargento da PMPE (e não o de Cabo PMPE, como constante do ato), posto hierarquicamente superior ao que ocupava na ativa, antes do seu afastamento, nos termos do art. 83 da Lei nº 10426/90 e art. 98, § 2º, da Lei 6783/74 (Estatuto da Polícia Militar Estadual), retroagindo os efeitos à data do ato que o reformou, mas que a decisão fora modificada por



124
22

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

ocasião do julgamento do Recurso de Agravo nº 0270455-0/03, por maioria de votos, vencido o Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos.

Foram apresentadas as correspondentes contrarrazões (fl. 92/97, do E10270455-0/03).

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 21/06/2013.

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



130
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO: EMBARGOS INFRINGENTES EM RECURSO DE AGRAVO Nº 0270455-0_04

EMBARGANTE: JOSEILDO ANTÔNIO DA SILVA

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO

VOTO

Nos termos do art. 530 do CPC¹, os embargos infringentes são cabíveis quando acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.

A análise dos autos, todavia, revela que a sentença prolatada em sede de piso foi modificada desde o julgamento do Recurso de Agravo 0270455-0/01, após o que foram interpostos Embargos de Declaração (0270455-0/02), que foram julgados por decisão monocrática, e rejeitados, e novamente o Recurso de Agravo (0270455-0/03), os que agora estão sendo atacados, cujo julgamento possui idêntico teor ao primeiro Agravo.

Embora os Embargos Infringentes tenham sido apenas interpostos por ocasião do julgamento deste último Agravo, tenho que este fato não altera o cabimento do mesmo em razão da prorrogação dos prazos pela interposição de diversos recursos. Destarte, perfeitamente cabível.

Este conceito é suficiente para abarcar o cabimento do recurso em tela ao presente caso, eis que o acórdão embargado, o proferido no Recurso de Agravo 0270455-0/03, reformou a sentença de 1º grau, parcialmente, ao consignar que os proventos de aposentadoria a que faz jus o embargante devem ser aqueles correspondentes ao soldo de Cabo PMPE, que é o correspondente hierarquicamente superior ao de Soldado PMPE, posição ocupada pelo embargado antes de sua inatividade.

Pois bem.

O Relator do acórdão embargado, que culminou com a reforma da sentença proferida pelo juízo de piso, foi o Des. José Ivo de Paula Guimarães. No voto vista o mesmo

¹ Art. 530 CPC. *Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*



131

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

asseverou que a legislação ordinária convocada pelo embargante/apelado para a concessão de aposentadoria com soldos referentes a 3º Sargento PMPE, especificada nas Leis nº 10426/90 e 6783/74², fora tacitamente revogada pela edição da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99³, o que as tornou inaplicáveis ao presente caso.

O nobre Desembargador ainda entendeu que a norma jurídica aplicável ao caso seria a contida na Lei Complementar Estadual nº 59/2004, em seu art. 21⁴, que estabelece que fica assegurada aos militares da ativa a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupada em atividade, quando de sua passagem à reserva remunerada.

Todavia, para chegar a tal conclusão, entendeu o Desembargador que a Emenda acima proibiu ao ora embargante o aposentar-se com proventos superiores à remuneração do respectivo servidor, na ativa, porque esta vedação foi introduzida no art. 171, §§ 2º e 3º, da Constituição Estadual, o que somente foi retirado com a edição da ECE nº 24/05⁵, vedado o efeito

² Art. 98 da Lei nº 6783/74. O policial-militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item I do artigo 96, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa. § 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens II, III e IV do artigo 96, quando verificada a incapacidade definitiva, for o policial-militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho. § 2º Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato: a) o de Primeiro-Tenente PM, para Aspirante-a-Oficial PM; b) o de Segundo-Tenente PM, para Subtenente PM, Primeiro-Sargento PM, Segundo-Sargento PM e Terceiro-Sargento PM; e c) o de Terceiro-Sargento, para Cabo PM e Soldado PM. § 3º Aos benefícios previstos neste artigo e seus parágrafos poderão ser acrescidos outros relativos à remuneração, estabelecidos em leis peculiares, desde que o policial-militar, ao ser reformado, já satisfaça as condições por elas exigidas.

³ Art. 1º da ECE nº 16/99. Os arts. 14, 15, 18, 29, 32, 33, 35, 37, 40, 48, 49, 52, 53, 56, 68, 69, 72, 83, 88, 97, 98, 99, 100, 124, 128, 131, 171, 172, 173 e 179, da Constituição Estadual passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100 São Militares do Estado os membros da Polícia Militar de Pernambuco e do Corpo de Bombeiros Militar. § 13 Aplicam-se, também, aos militares de que trata este artigo o disposto nos arts. 14, § 8º; 37, XI; 40, § 9º; 42, §§ 1º e 2º; 142, §§ 2º e 3º da Constituição da República Federativa do Brasil e o artigo 171 §§ 2º, 3º, 4º 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, e 12 desta Constituição.

⁴ Art. 21. Fica assegurada aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

⁵ Art. 1º da ECE nº 24/2005. O §13 do artigo 100 da Constituição do Estado de Pernambuco passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100. § 13 Aplica-se, também, aos militares de que trata este artigo o disposto nos artigos 14, §8º; 37, XI; 40, §9º; 42, §§ 1º e 2º; 142, §§ 2º e 3º da Constituição da República Federativa do Brasil e o art. 171, §§ 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12 desta Constituição."



328

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

repristinatório, neste caso, a qual não faria *jus* o embargante, em torno das Leis nºs 6783/74 e 10426/90.

Discordo da conclusão acima, data vênica. A edição e vigência da ECE nº 16/99 impediu aos servidores militares o aposentar-se com proventos superiores aos dos cargos efetivos, consoante as disposições do art. 171, §§ 2º e 3º, da CE, limitação esta que foi abolida pela ECE nº 24/05. Ainda que a primeira norma tenha operado efeito suspensivo sobre as Leis nºs 6783/74 e 10426/90, e tenha a mesma caído em razão da edição da segunda, **não posso falar aqui em efeito repristinatório.**

O que houve, na verdade, foi que a eficácia daquelas leis foi suspensa, e com a queda da norma que a havia suspendido, *in casu*, a ECE nº 16/99, aqueles retomaram sua eficácia, situação distinta do conceito da repristinação.

Assim, a fundamentação contida no voto de vista cai por terra, restando a aplicação do Estatuto dos Militares ao caso (Lei Estadual nº 6783/74), consoante os dispositivos:

"Art. 96. A incapacidade definitiva pode sobrevir em consequência de:

I – ferimento recebido na manutenção da ordem pública ou enfermidade contraída nessa situação ou que nela tenha sua causa eficiente;

Art. 97. O policial-militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos itens I, II, III e IV do artigo 96, será reformado com qualquer tempo de serviço.

Art. 98. O policial-militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item I do artigo 96, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens II, III e IV do artigo 96, quando verificada a incapacidade definitiva, for o policial-militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§ 2º Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato:

a) o de Primeiro-Tenente PM, para Aspirante-a-Oficial PM;

b) o de Segundo-Tenente PM, para Subtenente PM, Primeiro-Sargento PM, Segundo-Sargento PM e Terceiro-Sargento PM; e

c) o de Terceiro-Sargento, para Cabo PM e Soldado PM".

E a aplicação da Lei Estadual nº 10426/90, dada sua especialidade:

Art. 83. O servidor militar que, na forma da legislação em vigor, for reformado por ter sido julgado incapaz definitivamente, terá os seus proventos calculados de acordo com os parágrafos deste artigo, quando a incapacidade resultar dos seguintes motivos:

I - ferimento recebido em luta contra malfatores, em ações ou operações de manutenção da ordem pública ou de defesa civil, de acidentes em serviço, ou de moléstia ou doença decorrente de qualquer desses fatos;

II – doença, moléstia ou enfermidade adquirida, tendo relação de causa e efeito com as condições inerentes ao serviço;

III - doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, com base nas conclusões da medicina especializada;

IV – acidente, doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço.



133

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

§1º O servidor militar terá os seus proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico, que na forma da lei, for considerado imediato ao que possuía na ativa, além das vantagens a que fizer jus, quando:

I - incapacitado pelos motivos constantes do inciso I do caput, deste artigo;

II - verificada a incapacidade definitiva, for o servidor militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, em consequência dos motivos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo.

§2º omissis.

§3º omissis.

O Militar foi reformado em 28/01/2008, por incapacidade física definitiva.

Da conjugação dos dispositivos acima, vejo, claramente, que o posto hierarquicamente superior ao de Soldado PMPE, para fins de reforma do embargante é o de 3º Sargento PMPE, nos termos do Estatuto Militar, no dispositivo *sus*o invocado, e da Lei nº 10426/90, aplicável dada sua especialidade.

Este é justamente o teor das jurisprudências deste E. Tribunal:

Ementa. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO ORDINÁRIA. DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO CUMULADO COM APELAÇÃO. MILITAR. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (art. 83, III da Lei nº 10.426/90). REFORMA PARA POSTO HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS E PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO. VEDAÇÃO PELA ECE 16/99 QUE ALTEROU O ART. 171 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PRELIMINARES REJEITADAS. APLICABILIDADE DA LEX SPECIALIS. SENTENÇA MANTIDA. NEGADO PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADO O RECURSO VOLUNTÁRIO. 1. Pedido de retificação da portaria de aposentadoria a fim de alterar para o posto de terceiro sargento PM e em consequência o pagamento das diferenças nos proventos a partir da data de expedição da referida portaria, em conformidade com o artigo 83, III, § 1º da Lei 10.426/90 c/c artigo 98 da Lei 6.783/74.2. Preliminar de ausência de documentos essenciais à propositura da ação. Rejeitada, pois os documentos acostados na inicial foram suficientes para o deslinde da matéria. 3. Argüida preliminar de extinção do processo em razão de pedido incerto e indeterminado por tratar-se de ação de cobrança. Rejeitada, pois não se trata de ação de cobrança e sim de obrigação de fazer, ou seja, retificação da portaria de aposentadoria, que, somente por via de consequência, reclama o pagamento da diferença nos seus proventos. 4. A questão a ser definida cinge-se, especificamente, a definir qual a norma aplicável ao caso em espécie, se o artigo 171 da Constituição Estadual ou se as leis especiais que regulamentam a remuneração dos policiais militares do Estado de Pernambuco, quais sejam, a Lei nº 10.426/90 e a Lei nº 6.783/74.5. Não há uma regra a indicar prevalência de uma das normas, neste caso, deve o magistrado dar a devida solução com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais do direito, atendendo à função social da norma e às exigências do bem comum. 6. Não há qualquer óbice a esta nova forma de disciplinamento da matéria em termos gerais. Ocorre que, aos servidores militares, o regimento é diverso e, tratada a matéria por meio de lei especial. 7. Esta Corte de Justiça já firmou posicionamento acerca da possibilidade de vir o servidor militar a ser aposentado com proventos fixados no soldo referente ao posto imediatamente superior, definindo, pois, a aplicabilidade da *lex specialis* em se tratando de regime de remuneração e proventos de policiais militares. 8. Sentença mantida, unanimemente, rejeitadas as preliminares suscitadas, para condenar o Estado apelante a proceder com a retificação da Portaria de Aposentadoria nº 2344 e fazer constar a reforma no posto de Terceiro Sargento PM e o imediato pagamento nos proventos dos valores correspondentes e em consequência proceder com o pagamento das diferenças com início na data da publicação da Portaria original, com a retificação apenas do erro material concernente à data da referida portaria, a qual foi publicada em 20/11/2002 (fls. 14), aplicando-se os reajustes legais. 9. Negado provimento ao reexame necessário. Prejudicado o recurso voluntário. (Apelação Cível 157084-1, Relator: Luiz Carlos Figueiredo, Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 11/12/2007).



134

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Ementa. AGRAVO DE INSTRUMENTO. POLICIAL MILITAR SOLDADO. INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O SERVIÇO. REFORMA. LEI ESTADUAL Nº 6.783/74. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DO ATO COM DESIDERATO DE PROVENTOS NO POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR DE 3º SARGENTO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. INDEFERIMENTO NA ORIGEM. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. LIMINAR SUBSTITUTIVA RATIFICADA. 1. Conforme precedentes citados da Corte de Justiça local, é assegurado ao militar considerado incapaz para o serviço ativo militar direito à reforma em posto hierarquicamente superior ao que possuía na ativa, ou seja, 3º Sargento, com todas as consequências advindas do ato, nos termos da Lei 6.783/74. 2. A incapacidade física definitiva do agravante é também causa de incapacidade total e permanente tanto para as atividades castrenses, quanto para qualquer outra. 3. Direito à percepção imediata dos vencimentos do novo posto, por versar matéria previdenciária, excluída da reserva impeditiva do art. 2º-B da Lei nº 9.494/97. 4. Agravo de instrumento provido à unanimidade." (Agravo de Instrumento 127302-5, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 30/11/2006).

Nas contrarrazões, os embargados tentam afastar a incidência das Leis nºs 10426/90 e 6783/74, em prol da aplicação da LC nº 59/04, o que não se mostra cabível, dada sua especialidade, conforme já acima analisado.

Por fim, deve haver a inversão do ônus sucumbencial para que a fixação dos honorários e custas retorne ao estado posto na sentença, contra o ESTADO e a FUNAPE.

Como consequência da minha fundamentação, voto pelo provimento dos presentes embargos infringentes, no sentido de reformar o acórdão proferido no Recurso de Agravo nº 0270455-0/03, restabelecendo-se os termos da sentença de piso, inclusive, quanto à sucumbência. **É COMO VOTO.**

Recife, 22/10/2013

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS INFRINGENTES nº 0017686-40.2012.8.17.0000 (270455-0/04)

EMBARGANTE : JOSEILDO ANTÔNIO DA SILVA
ADVOGADO : ELISABETH DE CARVALHO
EMBARGADO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : DJALMA ALEXANDRE GALINDO
REVISOR : DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO EM REVISÃO

1. Cuida-se de embargos infringentes (fls. 66/84) interpostos em face da decisão proferida por maioria, que deu provimento ao reexame necessário, e julgou prejudicados os recursos voluntários, culminando com a reforma da sentença que era parcialmente favorável ao Embargante.

2. A controvérsia gira em torno da possibilidade de revisão de proventos de Policial Militar (Soldado/PM), aposentado em 28/01/2008, por incapacidade definitiva, com percepção de proventos referentes à graduação de 3º Sargento/PM, sob o fundamento de aplicabilidade do art. 98, § 2º, da Lei nº 6.783/74, c/c art. 83, § 1º, da Lei nº 10.426/90.

3. Pugna, pela procedência dos Embargos Infringentes, com prevalência do voto vencido exarado pelo Em. Des. Fernando Cerqueira, que reconhece a possibilidade de o Embargante auferir proventos com base no soldo da graduação considerada imediatamente superior – 3º Sargento –, em razão de ter sido julgado incapaz.

4. Nas contrarrazões (fls. 92/97), o Estado de Pernambuco rebate-se pela manutenção da decisão fustigada, nomeadamente, sob a tónica da aplicabilidade do art. 21, da EC 59/04.

5. Eis o breve delineamento dos pressupostos fáticos.


Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador



136
42

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

6. Em que pese o juízo de admissibilidade previsto no art. 531 do CPC haver sido exercido (fls.100), tal fato não retira a obrigatoriedade de nova análise dos requisitos pelo relator dos embargos.

7. *In casu*, nítida a inadmissibilidade dos Embargos Infringentes, pois a jurisprudência predominante do Col. Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de não ser possível a interposição de embargos infringentes em remessa *ex officio*. Entendimento, aliás, consolidado através da Súmula 390 daquele Tribunal Superior, que assim dispõe:

"Nas decisões por maioria, em reexame necessário, não se admitem embargos infringentes" - DJe 09/09/2009.

8. O art. 530, do CPC, assim dispõe:

"Art. 530. Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência."

9. A norma é clara ao restringir as hipóteses de cabimento do referido instrumento processual, ou seja, aos casos dos acórdãos não unânimes e que tenham reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou julgado procedente a ação rescisória.

10. Ora, a remessa ou reexame necessário não tem natureza jurídica de recurso, por lhe faltar os requisitos da voluntariedade, tipicidade, dialeticidade, interesse em recorrer, legitimidade, tempestividade e preparo.

11. Possuindo estatuto processual próprio, o duplo grau de jurisdição obrigatório diverge do recurso voluntário de apelação, e não se lhe aplicam as mesmas regras. E, no caso dos autos, o recurso voluntário interposto pelo Estado de Pernambuco foi julgado prejudicado.

12. Não há previsão legal expressa para o cabimento dos embargos infringentes no caso de remessa necessária, e, sim, exclusivamente, para o recurso de apelação, a teor do artigo 530, do Código de Processo Civil.

13. *Mutatis mutandis*, entendo que os Embargos Infringentes, na espécie dos autos, sequer se prestam para o cumprimento do requisito constitucional relativo ao exaurimento da instância, na medida em que se trata de recurso incabível.


Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador



137
uf

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

14. Neste sentido, encontra-se o posicionamento majoritário do Col. STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. ART. 543-C DO CPC. QUESTÃO DECIDIDA PELA SISTEMÁTICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS (REsp 1.003.955/RS E REsp 1.028.592/RS). CASO ANÁLOGO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA UNIÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF. NÃO OCORRÊNCIA. TAXA SELIC. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CC de 2002. REMESSA NECESSÁRIA. DECISÃO PROFERIDA POR MAIORIA. EMBARGOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 390/STJ. AGRAVOS NÃO PROVIDOS. 1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na assentada do dia 12/8/09, encerrou o julgamento dos REsp 1.028.592/RS e 1.003.955/RS, ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do Código de Processo Civil, decidindo a controvérsia acerca dos critérios de devolução do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica instituído em favor da Eletrobrás. 2. A interpretação extensiva da norma infraconstitucional efetuada pelos órgãos fracionários que compõem o Superior Tribunal de Justiça não se confunde com a declaração de inconstitucionalidade, que requer rito próprio, nos termos do art. 97 da CF. 3. As turmas integrantes da Primeira Seção firmaram entendimento de que "a União tem responsabilidade solidária pelas obrigações decorrentes do empréstimo compulsório nela instituído" (REsp 894.680/PR, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, DJ de 15/5/08). 4. Deve ser mantida a decisão agravada, que excluiu a taxa SELIC como índice de atualização monetária, mantendo-a, todavia, como juros moratórios, cuja incidência deverá ocorrer a partir de 11/1/03, com a vigência do CC de 2002. 5. Consoante reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "A remessa ex officio não é recurso, ao revés, condição suspensiva da eficácia da decisão, por isso que não desafia Embargos Infringentes a decisão que, por maioria, aprecia a remessa necessária" (REsp 823.905/SC, Rel. Min. LUIZ FUX, Corte Especial, DJe 30/3/09). Incidência da Súmula 390/STJ. 6. Agravos regimentais não providos.(STJ, AgRg no REsp 842389 / PR AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2006/0087779-6 , ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, 19/06/2012, DJe 28/06/2012)

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REMESSA NECESSÁRIA DECIDIDA POR MAIORIA. EMBARGOS INFRINGENTES. NÃO-CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Nos termos do art. 530 do CPC, somente há previsão de cabimento de embargos infringentes contra acórdão que decide apelação e ação rescisória, sendo incabível sua oposição contra julgado que decide remessa necessária. Precedentes do STJ. 2. Recurso conhecido e improvido. (REsp 905.422/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 09/12/2008)

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador



138

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

15. Diante de sua inadmissibilidade, encontrando-se o recurso em confronto com jurisprudência predominante, e súmula do c. Superior Tribunal de Justiça, VOTO POR NEGAR SEGUIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES, mantendo a decisão embargada em sua plenitude.

16. É como voto.

Recife, 22 de OUTUBRO de 2013.

Jorge Américo Pereira de Lira
DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
REVISOR



179

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – 22.10.2013
EMBARGOS INFRINGENTES Nº. 270455-0/04 – RECIFE
EMBARGANTE: JOSEILDO ANTÔNIO DA SILVA
EMBARGADOS: ESTADO DE PERNAMBUCO e outro
RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO
REVISOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

RELATÓRIO, VOTO DO RELATOR E VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 121/122,
130 A 134 E 135 A 138 DOS AUTOS, RESPECTIVAMENTE.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Desembargador Jorge, Vossa Excelência podia declinar qual é o óbice ao conhecimento dos Infringentes?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (REVISOR)

O óbice encontra-se no enunciado da Súmula 390 do Superior Tribunal de Justiça, do STJ: nas decisões por maioria em reexame necessário, não se admitem embargos infringentes.

É a hipótese. Houve reforma de sentença de mérito em sede de apelação, mas sem provimento, por maioria, de reexame necessário.

Eu elenco aqui um vasto repositório do STJ, todos no sentido da Súmula.

Foi um reexame necessário, a apelação voluntária do Estado sequer chegou a ser conhecida, em razão da relação de prejudicialidade, o reexame necessário foi provido por maioria, daí advieram os infringentes.

Eu entendo que não são admissíveis, em razão do óbice da Súmula 390.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Desembargador Jorge, Vossa Excelência poderia, até para o meu próprio conforto, porque eu próprio não tinha conhecimento da Súmula, se Vossa Excelência puder repetir o enunciado dela.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (REVISOR)

Pois não.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Súmula 390 do Superior Tribunal de Justiça:

"Nas decisões por maioria em reexame necessário, não se admitem embargos infringentes".

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Senhor Presidente, o eminente desembargador trouxe o direito sumular, uma questão formal fundamental.

Eu me rendo a essa questão, não tem outra forma, porque o evento processual que o eminente desembargador discursou retrata o aspecto processual da questão.

De toda sorte, se Vossa Excelência quiser, interessante ouvir todos, não é?

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Sem dúvida.

Feita a reflexão, o encaminhamento da turma, portanto, é pelo não conhecimento dos Infringentes, por aplicação da Súmula 390 do STJ.

Está em discussão.

Todos de acordo?

OS DESEMBARGADORES ANDRÉ GUIMARÃES, JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES E DEMÓCRITO REINALDO FILHO ACOMPANHARAM O VOTO DA TURMA.

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NÃO SE CONHECEU O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".
